



Número: **0820269-19.2023.8.19.0001**

Classe: **PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS**

Órgão julgador: **4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital**

Última distribuição : **24/02/2023**

Valor da causa: **R\$ 500.000,00**

Processo referência: **0803087-20.2023.8.19.0001**

Assuntos: **Rescisão / Resolução**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
AMERICANAS S.A. (REQUERENTE)		ANA TEREZA BASILIO (ADVOGADO) FELIPE VIEIRA DE ARAUJO CORREA (ADVOGADO) BRUNO GALVÃO SOUZA PINTO DE REZENDE (ADVOGADO)	
AMERICANAS S.A. (REQUERIDO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
54756 571	19/04/2023 20:44	Manifestação A.J.	Petição

**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA EMPRESARIAL DA
COMARCA CENTRAL DA CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Processo nº 0820269-19.2023.8.19.0001

**A ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL CONJUNTA DA
RECUPERAÇÃO JUDICIAL** das sociedades **AMERICANAS S.A., B2W
DIGITAL LUX S.À.R.L., JSM GLOBAL S.À.R.L. e ST IMPORTAÇÕES
LTDA.**, devidamente nomeada por este d. Juízo nos autos da Recuperação Judicial
do Grupo Americanas (Processo nº 0803087-20.2023.8.19.0001), vem a ínclita
presença de V. Exa., informar e, ao final, requerer o que segue.

-I-

INTRÓITO

1. Trata de incidente processual de pedido de providências instaurado pela zelosa Serventia a partir de determinação judicial proferida nos autos da Recuperação Judicial do Grupo Americanas (decisão constante do id. 45473030 nos autos principais nº 0803087-20.2023.8.19.0001 e do id. 47006516 nestes autos incidentais) para apuração dos fatos que circundam as “inconsistências contábeis noticiadas pelo Grupo Americanas por ocasião da divulgação do Fato Relevante divulgado ao mercado em 11/01/2023”. A decisão foi proferida nos seguintes termos:

[...] Sem prejuízo da apuração dos fatos pelas instituições externas, com consequente repercussão civil, administrativa e criminal, o



exame/análise das questões suscitadas pelos credores em sede de Recuperação Judicial é medida que se impõe, por expressa disposição legal, a ser processada em incidente próprio [...]

Assim, simultaneamente às averiguações já instauradas pelas autoridades competentes, também aqui em sede de Recuperação Judicial, sob a fiscalização desse Juízo Recuperacional, deve-se perscrutar os fatos/conduas descritas pelos credores e o grau de comprometimento das descritas “inconsistências contábeis” e seus reflexos no processo de Recuperação Judicial, inclusive propiciando mais claro ambiente negocial, através de incidente próprio instaurado pela serventia deste Juízo, apenso a este processo principal, para onde também deverão, a partir da presente data, serem direcionadas todas as discussões sobre a matéria, abstendo-se as partes, interessados e credores, de peticionamento neste processo principal sobre a questão, evitando-se tumulto processual e desvirtuamento dos atos processuais para questões satélites, em prejuízo ao rito especial e célere da Recuperação Judicial [...]

Extraia-se cópia da presente decisão para compor o incidente a ser instaurado pela Serventia, certificando-se nestes autos o número do processo secundário para ciência dos interessados.

2. Em cumprimento à determinação, foi extraída cópia da decisão e instaurado o presente incidente, tendo sido nomeada a empresa Moore Brasil para proceder às apurações necessárias e realizar a auditoria específica.

3. Entretanto, na manifestação que consta do id. 47864685, a referida empresa noticiou a existência de potencial conflito em sua atuação no caso em tela, razão pela qual entendeu por bem declinar do encargo. Desse modo, foram nomeadas em substituição as empresas JORGE MUSSI SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA e UHY BENDORAYTES, conforme se verifica do item 2 da decisão constante do id. 47381858 dos autos principais.

4. A r. serventia certificou a ciência da decisão por parte do Dr. Sérgio Bendoraytes no id. 48215872 que, por seu turno, apresentou *proposta de assessoria e consultoria contábil* (id. 48852626, autos principais), indicando o escopo do trabalho a ser realizado, o cronograma com o prazo de conclusão e os honorários profissionais propostos.



5. Ademais, com relação à decisão que determinou a instauração do presente incidente, cumpre, ainda, destacar que nela restou consignado que os credores financeiros poderiam, desde que providos de justificativa jurídica relevante, ofertar quesitos e/ou indicar assistente técnico para acompanhar o andamento dos trabalhos.

6. Por fim, na decisão constante do id. 52423265, foi determinada vista à esta A.J. Conjunta para manifestar-se acerca de todo o processado, o que passa a fazer conforme segue.

-II-

NECESSÁRIA INTIMAÇÃO DO PERITO JUDICIAL

7. Conforme dito alhures, a r. serventia certificou, no id. 48215872, a ciência do Dr. Sérgio Bendoraytes acerca da decisão que nomeou, em conjunto, as empresas JORGE MUSSI e UHY para realização da perícia técnica, o que culminou na apresentação da proposta de honorários constante do id. 48852626.

8. Entretanto, no que diz respeito à JORGE MUSSI SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, esta A.J. não logrou êxito em localizar a sua intimação – tanto nos autos principais quanto nestes autos incidentais –, de modo que se revela necessária promover a sua intimação para se manifestar acerca de aceitação do encargo e apresentação da proposta de honorários, nos termos da decisão constante do id. 45473030 (autos principais).

-III-

**DA PROPOSTA DE HONORÁRIOS APRESENTADA POR UHY
BENDORAYTES**

9. Da análise da proposta constante do id. 48852626 (autos principais), verifica-se que o escopo do trabalho compreende:



PROCESSO NO 0803087-20.2023.8.19.0001

Escopo dos trabalhos

No desenvolvimento de nossos trabalhos, os padrões a serem seguidos são aqueles constantes das Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, principalmente os estabelecidos na NBC TSC 4400 – Trabalhos de Procedimentos Previamente Acordados sobre Informações Contábeis; das normas do IBRACON - Instituto Brasileiro de Contadores, da CVM – Comissão de Valores Mobiliários, e de outras Instituições oficiais fiscalizadoras.

Investigação contábil

Estão incluídos procedimentos de análise descritas abaixo:

1. Operações de risco sacado (forfait)

- a. Entendimento do histórico e de decisões de cunho financeiro em relação às operações de risco sacado através de entrevistas com os executivos da companhia para obtenção de informações a respeito do início das operações de risco sacado entre a companhia e os bancos. Obtenção do suporte documental para sustentação e evidência das narrativas.
- b. Entendimento do histórico e da quantificação das operações de risco sacado através de entrevistas com os executivos dos bancos credores.
- c. Mapeamento do fluxo de operações do risco sacado (forfait). Descrição do passo a passo da operação de risco sacado, desde a sua origem até a sua eventual liquidação. Essa atividade será realizada por meio de entrevistas, procedimentos de *walkthrough*, onde entenderemos como o processo é iniciado, autorizado, registrado e processado. Para a elaboração do mapeamento dos processos utilizaremos a notação BPMN 2.0 por meio da ferramenta Heflo.
- d. Avaliação dos controles internos relacionados às operações de risco sacado. Examinaremos o desenho dos controles existentes (TOD - *Test of Design*). Faremos a avaliação dos controles internos utilizando como base os *frameworks* COSO ICIF e Cobit 5 para o ambiente sistêmico.
- e. Listagem, verificação e quantificação das operações de risco sacado efetuadas pela companhia.
- f. Apresentação das operações de risco sacado efetuadas pela companhia em bases anuais, em 31 de dezembro de cada exercício analisado.
- g. Recálculo do passivo oneroso “financiamento” decorrente das operações de risco sacado efetuadas pela companhia em 31 de dezembro de cada exercício analisado.
- h. Recálculo do passivo “fornecedores” em 31 de dezembro de cada exercício analisado.
- i. Recálculo do serviço da dívida (juros e demais encargos) que deve ser apropriado tempestiva e exponencialmente em resultado, conforme curva efetiva de juros, em 31 de dezembro de cada exercício analisado.
- j. Análise do impacto dos ajustes relacionados aos itens anteriores nos resultados de 31 de dezembro de cada exercício analisado.



PROCESSO NO 0803087-20.2023.8.19.0001

Procedimentos contábeis

Nos procedimentos contábeis estão sendo abordadas áreas do balanço que podem gerar modificações nos resultados anuais da companhia. Estão incluídos procedimentos de análise aplicados às áreas descritas abaixo:

1. Caixa e equivalentes de caixa

- a. Confirmação da existência do caixa e equivalentes de caixa relacionados aos recursos mantidos em bancos em 31 de dezembro de cada exercício analisado.
- b. Avaliação da classificação dos saldos enquadrados como equivalente de caixa em 31 de dezembro de cada exercício analisado.

Não serão avaliados os recursos mantidos em caixa.

2. Instrumentos financeiros ativos

- a. Confirmação da existência dos títulos e valores mobiliários mantidos através das posições de custódia de cada título em 31 de dezembro de cada exercício analisado.
- b. Análise da classificação dos títulos e valores mobiliários mantidos em 31 de dezembro de cada exercício analisado.
- c. Recálculo da mensuração das ações, títulos de rendas fixa, debêntures e investimentos em fundos de investimentos mantidos através da publicação dos preços unitários de cada título nas datas bases analisadas em 31 de dezembro de cada exercício analisado.
- d. Confirmação da integridade da composição (*data reliability*) dos títulos e valores mobiliários mantidos referentes a contas a receber de clientes e demais contas a receber em 31 de dezembro de cada exercício analisado.
- e. Avaliação do *aging* das contas a receber de clientes e demais contas a receber em 31 de dezembro de cada exercício analisado.
- f. Descrição das premissas de *impairment* e ajuste ao valor presente aplicadas pela companhia às suas contas a receber de clientes e demais contas a receber em 31 de dezembro de cada exercício analisado.
- g. Descrição dos procedimentos de reconhecimento de perda de crédito esperada em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado em 31 de dezembro de cada exercício analisado.
- h. Mapeamento do fluxo de operações de cessão de direitos creditórios de titularidade da companhia ao Fênix Fundo de Investimento em Direitos Creditórios do Varejo II (C.N.P.J. nº 32.169.800/0001-27), constituído com essa única finalidade. Descrição do passo a passo da operação, desde a sua origem até a sua eventual liquidação. Essa atividade será realizada por meio de entrevistas, procedimentos de *walkthrough*, onde entenderemos como o processo é iniciado, autorizado, registrado e processado. Para a elaboração do mapeamento dos processos utilizaremos a notação BPMN 2.0 por meio da ferramenta Heflo.
- i. Avaliação dos controles internos relacionados à operação de cessão de direitos creditórios de titularidade da companhia ao Fênix Fundo de Investimento em Direitos Creditórios do Varejo II (C.N.P.J. nº 32.169.800/0001-27). Examinaremos o desenho dos controles existentes (TOD - *Test of Design*). Faremos a avaliação dos controles internos utilizando como base os *frameworks* COSO ICIF e Cobit 5 para o ambiente sistêmico.
- j. Obtenção do quadro de cotistas do Fênix Fundo de Investimento em Direitos Creditórios do Varejo II (C.N.P.J. nº 32.169.800/0001-27) em 31 de dezembro de cada exercício analisado.
- k. Descrição da metodologia e premissas utilizadas na aferição das taxas de desconto aplicadas pela companhia à operação de cessão de direitos creditórios de sua titularidade ao Fenix FIDC (C.N.P.J. nº 32.169.800/0001-27).



PROCESSO NO 0803087-20.2023.8.19.0001

- l. Compilação dos contratos de antecipação de recebíveis efetuados pela companhia em 31 de dezembro de cada exercício analisado.
- m. Mapeamento do fluxo de operação de antecipação de recebíveis. Descrição do passo a passo da operação, desde a sua origem até a sua eventual liquidação. Essa atividade será realizada por meio de entrevistas, procedimentos de *walkthrough*, onde entenderemos como o processo é iniciado, autorizado, registrado e processado. Para a elaboração do mapeamento dos processos utilizaremos a notação BPMN 2.0 por meio da ferramenta Heflo.
- n. Avaliação dos controles internos relacionados à operação de antecipação de recebíveis. Examinaremos o desenho dos controles existentes (TOD - *Test of Design*). Faremos a avaliação dos controles internos utilizando como base os *frameworks* COSO ICIF e Cobit 5 para o ambiente sistêmico.
- o. Descrição da metodologia e premissas utilizadas na aferição das taxas de desconto aplicadas pela companhia à operação de antecipação de recebíveis.
- p. Compilação de operação das vendas de direitos creditórios de titularidade da companhia a outros FIDCs cujas cotas não foram subscritas pela companhia, que serão identificamos no decorrer de nossos trabalhos em 31 de dezembro de cada exercício analisado.
- q. Mapeamento do fluxo de operação de cessão de direitos creditórios de titularidade da companhia aos demais FIDCs. Descrição do passo a passo da operação, desde a sua origem até a sua eventual liquidação. Essa atividade será realizada por meio de entrevistas, procedimentos de *walkthrough*, onde entenderemos como o processo é iniciado, autorizado, registrado e processado. Para a elaboração do mapeamento dos processos utilizaremos a notação BPMN 2.0 por meio da ferramenta Heflo.
- r. Avaliação dos controles internos relacionados à operação de cessão de direitos creditórios de titularidade da companhia aos demais FIDCs. Examinaremos o desenho dos controles existentes (TOD - *Test of Design*). Faremos a avaliação dos controles internos utilizando como base os *frameworks* COSO ICIF e Cobit 5 para o ambiente sistêmico.
- s. Descrição da metodologia e premissas utilizadas na aferição das taxas de desconto aplicadas pela companhia à operação de cessão de direitos creditórios de sua titularidade aos demais FIDCs.
- t. Obtenção do quadro de cotistas dos demais FIDCs nas datas analisadas, que serão identificamos no decorrer de nossos trabalhos em 31 de dezembro de cada exercício analisado.
- u. Classificação, com base em seleção amostral, da companhia referente aos riscos advindos da carteira de recebíveis e auferir os benefícios econômicos por ela gerados, ainda que a cessão de direitos creditórios seja feita sem coobrigação ou sem direito de regresso em 31 de dezembro de cada exercício analisado.

Não serão recalculados os instrumentos financeiros derivativos.

3. Estoques

- a. Análise da documentação dos procedimentos de inventário com o objetivo de identificar fraquezas nos controles que reflitam em diferenças entre o físico e o contábil, em 31 de dezembro de cada exercício analisado.
- b. Descrição das diferenças auferidas no item anterior e identificação da contabilização nos saldos de estoques e efeitos fiscais em 31 de dezembro de cada exercício analisado.
- c. Descrição das premissas de *impairment* aplicadas pela companhia aos seus estoques em 31 de dezembro de cada exercício analisado.



PROCESSO NO 0803087-20.2023.8.19.0001

4. Despesas antecipadas

- a. Confirmação da existência das despesas antecipadas em 31 de dezembro de cada exercício analisado.
- b. Descrição da apropriação das despesas antecipadas em 31 de dezembro de cada exercício analisado.

5. Investimentos em participações societárias referentes a controladas, coligadas e *joint ventures*

- a. Identificação dos aportes de capital realizados em investimentos em participações durante os exercícios analisados.
- b. Identificação dos dividendos e juros sobre capital próprio recebidos de investidas durante os exercícios analisados.
- c. Análise, com base em seleção amostral, de outras transações operacionais e não operacionais com investidas controladas, coligadas e *joint ventures* durante os exercícios analisados.

Não serão avaliadas outras movimentações ocorridas nos investimentos em participações societárias.

Não serão avaliadas as combinações de negócios ocorridas nos exercícios analisados.

Não serão avaliados os processos de *Due Diligence*, *Valuation* e *Purchase Price Allocation*.

6. Imobilizado e Intangível

- a. Listagem dos laudos referentes aos acervos recebidos por meio de incorporação e a respectiva aprovação societária.
Não serão avaliados os laudos de avaliação dos acervos.
- b. Descrição e análise da razoabilidade das premissas utilizadas na avaliação da recuperabilidade dos ativos, conforme determinações na NBC TG 01, considerando nessa avaliação:
 - i. indicações observáveis de que o valor do ativo diminuiu significativamente durante o período;
 - ii. mudanças significativas com efeito adverso sobre a Companhia ocorreram durante o período, ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a Companhia opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado;
 - iii. as taxas de juros de mercado ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor em uso de um ativo e diminuirão materialmente o valor recuperável do ativo;
 - iv. o valor contábil do patrimônio líquido da Companhia é maior do que o valor de suas ações no mercado; e
 - v. evidência disponível, proveniente de relatório interno, que indique que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.
- c. Descrição e análise da razoabilidade dos estudos técnicos e das premissas utilizadas na avaliação de *impairment* dos ágios de expectativa de rentabilidade futura, considerando se:
 - i. esses estudos se baseiam em projeções de fluxo de caixa em premissas razoáveis e fundamentadas que representem a melhor estimativa, por parte da administração, do conjunto (*range*) de condições econômicas que existirão ao longo da vida útil remanescente do ativo;



PROCESSO NO 0803087-20.2023.8.19.0001

- ii. esses estudos se baseiam em projeções de fluxo de caixa nas previsões ou nos orçamentos financeiros mais recentes aprovados pela administração que, porém, devem excluir qualquer estimativa de fluxo de caixa que se espera surgir das reestruturações futuras ou da melhoria ou aprimoramento do desempenho do ativo;
- iii. as projeções baseadas nessas previsões ou orçamentos abrangem, como regra geral, o período máximo de cinco anos, a menos que se justifique, fundamentadamente, um período mais longo; e
- iv. as projeções de fluxo de caixa estimadas para além do período abrangido pelas previsões ou orçamentos mais recentes pela extrapolação das projeções baseadas em orçamentos ou previsões usando uma taxa de crescimento estável ou decrescente para anos subsequentes, a menos que uma taxa crescente possa ser devidamente justificada. Essa taxa de crescimento não deve exceder a taxa média de crescimento, de longo prazo, para os produtos, setores de indústria ou país ou países nos quais a Companhia opera ou para o mercado no qual o ativo é utilizado, a menos que se justifique, fundamentadamente, uma taxa mais elevada.

Não serão realizados recálculos de *impairments*.

7. Arrendamento mercantil

- a. Descrição e análise, por amostragem, da razoabilidade das premissas utilizadas dos saldos em conformidade com o IFRS 16, que basearam as projeções de fluxo de caixa, observando se estas representaram a melhor estimativa, por parte da administração, do conjunto (range) de condições econômicas, direitos e obrigações ao longo dos contratos de arrendamento da amostra referentes à posição em 31 de dezembro de cada exercício analisado.

8. Créditos tributários

- a. Análise da adequação das premissas utilizadas pela companhia na recuperação dos créditos tributários em 31 de dezembro de cada exercício analisado.
- b. Avaliação do reconhecimento contábil à luz da NBC TG 32 (R4) – Impostos sobre o Lucro dos créditos tributários em 31 de dezembro de cada exercício analisado.
- c. Inclusão dos ajustes decorrentes dos procedimentos descritos na seção “Procedimentos Tributários”.

9. Ativos fiscais diferidos

- a. Análise da adequação das premissas utilizadas pela companhia na recuperação dos ativos fiscais diferidos em 31 de dezembro de cada exercício analisado.
- b. Avaliação do reconhecimento contábil à luz da NBC TG 32 (R4) – Impostos sobre o Lucro em 31 de dezembro de cada exercício analisado.
- c. Inclusão dos ajustes decorrentes dos procedimentos descritos na seção “Procedimentos Tributários”.

10. Fornecedores

- a. Confirmação da integridade da composição (*data reliability*) das contas a pagar de fornecedores e demais contas a pagar em 31 de dezembro de 2022.
- b. Avaliação do *aging* das contas a pagar de fornecedores e demais contas a pagar em 31 de dezembro de 2022.



PROCESSO NO 0803087-20.2023.8.19.0001

- c. Mapeamento do fluxo de operações com fornecedores. Descrição do passo a passo da operação, desde a sua origem até a sua eventual liquidação. Essa atividade será realizada por meio de entrevistas, procedimentos de *walkthrough*, onde entenderemos como o processo é iniciado, autorizado, registrado e processado. Para a elaboração do mapeamento dos processos utilizaremos a notação BPMN 2.0 por meio da ferramenta Heflo.
- d. Avaliação dos controles internos relacionados aos fornecedores. Examinaremos o desenho dos controles existentes (TOD - *Test of Design*). Faremos a avaliação dos controles internos utilizando como base os *frameworks* COSO ICIF e Cobit 5 para o ambiente sistêmico.
- e. Para outras obrigações, em caso de retenção dos riscos advindos e benefícios gerados pelas carteiras de recebíveis cedidos ao Fênix Fundo de Investimento em Direitos Creditórios do Varejo II (C.N.P.J. nº 32.169.800/0001-27), analisar o passivo correspondente aos recursos angariados com a transferência dos recebíveis ao FIDCs em 31 de dezembro de cada exercício analisado.
- f. Descrição das premissas de ajuste ao valor presente aplicadas pela companhia às suas contas a pagar de fornecedores e demais contas a pagar em 31 de dezembro de cada exercício analisado.

11. Obrigações Fiscais

- a. Os procedimentos de revisão estão identificados na seção "Procedimentos Tributários".

12. Instrumentos financeiros passivos

a. Empréstimos e Financiamentos

- i. Listagem dos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes em 31 de dezembro de cada exercício analisado.
- ii. Confirmação de integridade da composição (*data reliability*) pela avaliação dos extratos de endividamento obtidos no Banco Central do Brasil em 31 de dezembro de cada exercício analisado (conforme disponibilidade do site).
- iii. Conciliação dos valores apresentados em empréstimos e financiamentos com aqueles apresentados nas posições de endividamento obtidas no Banco Central do Brasil em 31 de dezembro de cada exercício analisado.
- iv. Recálculo do passivo oneroso "financiamento" decorrente das operações de risco sacado efetuadas pela companhia em 31 de dezembro de cada exercício analisado.
- v. Identificação das obrigações decorrentes dos contratos de antecipação de recebíveis efetuados pela companhia em 31 de dezembro de cada exercício analisado.
- vi. Identificação das obrigações decorrentes de cessão de direitos creditórios de titularidade da companhia a outros FIDCs cujas cotas não foram subscritas pela companhia em 31 de dezembro de cada exercício analisado.
- vii. Identificação das obrigações decorrentes de cessão de direitos creditórios de titularidade da companhia ao Fenix Fundo de Investimento em Direitos Creditórios do Varejo II (C.N.P.J. nº 32.169.800/0001-27) em 31 de dezembro de cada exercício analisado.
- viii. Avaliação do atendimento às cláusulas restritivas de dívida (*Debt Covenants* e *Cross Default*) e os impactos de possíveis desenquadramentos de índices financeiros no resultado da companhia em 31 de dezembro de cada exercício analisado.

Não serão realizados recálculos e movimentação de empréstimos e financiamentos.



PROCESSO NO 0803087-20.2023.8.19.0001

b. Debêntures

- i. Leitura das escrituras e entendimento das emissões de Debêntures vigentes no período analisado.
- ii. Confirmação de integridade da composição (*data reliability*) de debentures.
- iii. Descrição da destinação dos recursos captados nas emissões de debêntures realizadas nos exercícios sob análise.
- iv. Quando houver destinação específica, observação do cumprimento dos objetivos especificados nas escrituras.
- v. Conciliação dos valores apresentados em debêntures com aqueles apresentados nas posições publicadas pelos respectivos agentes fiduciários em 31 de dezembro de cada exercício analisado.
- vi. Identificação dos montantes pagos a título de amortização, amortização extraordinária e juros, conforme divulgado pelos respectivos agentes fiduciários.
- vii. Avaliação do atendimento às cláusulas restritivas de dívida (*Debt Covenants* e *Cross Default*) e os impactos de possíveis desenquadramentos de índices financeiros no resultado da companhia em 31 de dezembro de cada exercício analisado.

c. Bonds emitidos pelas investidas JSM Global e BZW Digital Lux

- i. Leitura das escrituras e entendimento das emissões de Bonds vigentes no período analisado.
- ii. Confirmação de integridade da composição (*data reliability*) de Bonds.
- iii. Descrição da destinação dos recursos captados nas emissões de Bonds Descrição da
- iv. Quando houver destinação específica, observação do cumprimento dos objetivos especificados nas escrituras.

d. Derivativos

- i. Leitura e entendimento dos contratos de derivativos vigentes em 31 de dezembro de cada exercício analisado.
- ii. Confirmação de integridade da composição (*data reliability*) pela avaliação dos extratos de posição endividamento obtidos nas instituições intermediárias das operações em 31 de dezembro de cada exercício analisado.
- ix. Análise dos estudos técnicos e das premissas utilizadas na avaliação de *fair value* – Nível 2 dos derivativos em 31 de dezembro de cada exercício analisado..
- iii. Análise dos estudos técnicos e das premissas utilizadas na avaliação de *fair value* – Nível 3 das opções de compras em 31 de dezembro de cada exercício analisado.

e. Hedge accounting

- i. Análise dos estudos técnicos e das premissas utilizadas na avaliação de *fair value* – Nível 2 do *hedge accounting* em 31 de dezembro de cada exercício analisado.
- ii. Análise dos estudos técnicos e das premissas utilizadas na avaliação de *fair value* – Nível 3 *hedge accounting* em 31 de dezembro de cada exercício analisado.



PROCESSO NO 0803087-20.2023.8.19.0001

13. Partes relacionadas

a. Executivos (diretores, conselheiros e demais executivos)

- i. Identificação dos contratos de *stock option* (incluindo *phantom stock options*) celebrados nos exercícios analisados.
- ii. Análise dos estudos técnicos e das premissas utilizadas na avaliação das ações quando da realização dos contratos de *stock option* (incluindo *phantom stock options*).
- iii. Descrição das políticas de remuneração variável, bônus e gratificações, inclusive PLR baseadas em atendimento das metas e incentivos oferecidos no período analisado.
- iv. Quantificação da remuneração variável anual recebida pelos executivos no período analisado, principalmente aquelas decorrentes de métricas/performance financeiras.
- v. Confronto da remuneração total anual recebida por cada executivo no período de análise em comparação com a remuneração média de mercado para executivos em companhias de capital aberto (preço do silêncio).
- vi. *Background-check* dos executivos, membros do Conselho de Administração, Comitê Independente, Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria que atuaram no período sob análise a fim de identificar a existência de eventuais fornecedores da companhia que tinham (na época das transações) executivos e ex-executivos da companhia em seus quadros societários.
- vii. Quantificar os pagamentos feitos pela companhia a cada um desses fornecedores no período sob análise.
- viii. Consolidação dos pagamentos anuais feitos pela companhia aos executivos, incluindo remuneração fixa, variável e indireta (fornecedor) em 31 de dezembro de cada exercício analisado.
- ix. Identificação de todas as vendas de ações por executivos, executadas no período sob análise, mas principalmente próximo à saída do então presidente em exercício nos anos analisados.
- x. Avaliação do efeito caixa decorrente do pagamento dos bônus e gratificações frente aos lucros artificiais resultantes das inconsistências contábeis em 31 de dezembro de cada exercício analisado.

b. Quadro de acionistas de referência

- i. Identificação de todas as vendas de ações e ajustes de posições, levados a cabo pelos acionistas de referência, executadas no período sob análise, mas principalmente próximo à saída do então presidente em exercício nos anos analisados.
- ii. Avaliação do efeito caixa decorrente do pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio frente aos lucros artificiais resultantes das inconsistências contábeis em 31 de dezembro de cada exercício analisado.

c. Conselho de Administração e Comitê Independente

- i. Identificação, através da leitura das atas das assembleias e reuniões ocorridas durante o período sob análises de temas correlatos à:
 - a. inconsistências contábeis e distorções nas demonstrações financeiras;
 - b. relacionamento com bancos, aprovação de operações de risco sacado, reuniões com executivos dos bancos, respostas de cartas de circularização (bancos), endividamento bancário, avaliação de *covenants*, discussão sobre eventuais emissões de dívida;
 - c. relacionamento com acionistas de referência, necessidade de aporte, aprovação de dividendos e JSCP, discussão a respeito de compra e venda de posições relevantes de ações;

© 2023 LHV Resultados

www.lhv.br.com



PROCESSO NO 0803087-20.2023.8.19.0001

- d. avaliação de performance de executivos, aprovação de bônus e outras formas de remuneração de incentivo, definição de metas, definição de salários de executivos (pacote de remuneração), discussões eventuais sobre contratos com partes relacionadas (fornecedores dos quais participavam os executivos, conselheiros e acionistas de referência);
- e. discussões do Comitê Independente;
- f. discussões e comentários sobre contratações e análises de resultados/relatórios de consultorias e pareceres jurídicos;
- g. discussões sobre comunicações recebidas pela Comissão de Valores Mobiliários e B3, incluindo as respectivas respostas; e
- h. denúncias acerca de erros, fraudes ou crimes que tiverem sido descobertos.

d. Comitê de Auditoria

- i. Identificação, através da leitura das atas das reuniões ocorridas durante o período sob análise de temas correlatos à:
 - a. definição dos membros do comitê de auditoria no período analisado;
 - b. reuniões do comitê de auditoria que trataram da definição do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), escopo da auditoria interna, no período analisado;
 - c. resultado dos procedimentos de auditoria interna realizados e discutidos entre os membros do comitê e a equipe de auditoria interna;
 - d. reporte dos procedimentos de auditoria interna realizados no período analisado ao Conselho de Administração;
 - e. reuniões do comitê de auditoria que trataram da avaliação das demonstrações financeiras da companhia (informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras) e acompanhamento das atividades de controles internos de auditoria;
 - f. discussão sobre os Principais Assuntos de Auditoria dos períodos analisados;
 - g. discussão sobre o preparo e compilação das cartas de circularização enviadas aos bancos, assim como a discussão e tratamento das respostas recebidas;
 - h. discussão sobre os ajustes solicitados ou sugeridos pelos auditores independentes;
 - i. discussão sobre os pontos levantados pelos auditores independentes incluídos em relatórios circunstanciados dos períodos analisados;
 - j. denúncias acerca de erros, fraudes ou crimes que tiverem sido descobertos; e
 - k. fragilidades e apontamentos críticos levantados pela auditoria interna no período analisado, apresentados ao Conselho de Administração.
- ii. Análise dos relatórios anuais de auditoria interna (RAINT) exigidos pelo Regulamento do Novo Mercado da B3.

e. Conselho Fiscal

- i. Identificação, através da leitura das atas das reuniões ocorridas durante o período sob análise de temas correlatos à:
 - a. definição dos membros do conselho fiscal no período analisado;
 - b. aprovação do parecer do conselho fiscal concernente ao exercício anterior;
 - c. fiscalização dos atos dos administradores;

© 2023 LHY Berndoraytes

www.LHY-br.com



PROCESSO NO 0803087-20.2023.8.19.0001

- d. propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembleia-geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;
- e. denúncias acerca de erros, fraudes ou crimes que tiverem sido descobertos; e
- f. reuniões que trataram da avaliação das demonstrações financeiras da companhia (informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras).

Procedimentos tributários

Através do diagnóstico das principais operações atualmente desenvolvidas e da análise dos principais procedimentos adotados pela Americanas, procuraremos identificar eventuais riscos fiscais, e societários para a Companhia. Nossas análises terão como base o período abaixo descrito, e serão desenvolvidas no âmbito dos seguintes impostos e contribuições:

1. Obter entendimento de como a Companhia vem administrando os impostos e contribuições:
 - a. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ);
 - b. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
 - c. Contribuição Social para o Programa de Integração Social (PIS);
 - d. Contribuição Social sobre Faturamento (COFINS);
 - e. Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS);
 - f. Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, Substituição Tributária (ICMS-ST);
 - g. Impostos aduaneiros: II - Impostos de Importação, ICMS; IPI; PIS e COFINS na importação de mercadorias;
 - h. Impostos na importação de serviços: Imposto de renda retido na fonte; CIDE; PIS e COFINS na importação de serviços; ISS; IOF; e
 - i. IRRF: Imposto de Renda Retido na Fonte.
2. Revisão, em bases amostrais, dos procedimentos aplicados no teste de recuperabilidade dos tributos a recuperar em 31 de dezembro de cada exercício analisado.
3. Avaliação do efeito caixa decorrente do pagamento dos impostos frente aos lucros artificiais resultantes das inconsistências contábeis em 31 de dezembro de cada exercício analisado.
4. Avaliação de projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários em 31 de dezembro de cada exercício analisado.
5. Tratamento fiscal nas operações de mútuo em 31 de dezembro de cada exercício analisado.
6. Tratamento fiscal nas operações de rateio de despesas em 31 de dezembro de cada exercício analisado.
7. Efeitos fiscais sobre eventuais lucros, dividendos distribuídos e juros sobre capital próprio pagos em excesso ao lucro do exercício ou lucros acumulados (IRRF) em 31 de dezembro de cada exercício analisado.
8. Avaliação do efeito caixa decorrente do pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio frente aos lucros artificiais resultantes das inconsistências contábeis em 31 de dezembro de cada exercício analisado.
9. Listagem dos processos de restituição e compensação de tributos ainda não homologados pela Receita Federal (PerDcomp) em 31 de dezembro de 2022.
10. Listagem dos processos tributários em aberto junto a Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em 31 de dezembro de 2022.

© 2023 LHY Bendoraytes

www.LHY-br.com



PROCESSO NO 0803087-20.2023.8.19.0001

11. Obtenção e entendimento dos planejamentos fiscais adotados pela Americanas S.A. nos últimos 5 (cinco) anos.
12. Análise da Situação Fiscal da Companhia e posição dos débitos fiscais em 31 de dezembro de 2022.
13. Análise de eventuais Regimes Especiais vigentes durante os exercícios analisados.

Para alcançarmos os objetivos traçados acima, adotaremos os seguintes procedimentos:

1. Área de Impostos Diretos (Imposto de Renda e Contribuição Social)

Os nossos trabalhos compreenderão a revisão, em base de testes, da apuração do imposto de renda pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido e serão desenvolvidos com base nos balancetes mensais, livros fiscais e demais demonstrativos preparados pela Companhia, e incluirão os seguintes procedimentos:

- a. Verificação, em base de testes, de despesas e custos da Companhia, a fim de verificar a sua adequação às normas de tributação e dedutibilidade previstas na legislação do imposto de renda em 31 de dezembro de cada exercício analisado.
- b. Análise da razoabilidade dos procedimentos adotados pela companhia na apuração do imposto de renda pessoa jurídica e de contribuição social sobre o lucro líquido em 31 de dezembro de cada exercício analisado.
- c. Identificação e análise da razoabilidade, sob o ponto de vista fiscal, das diferenças existentes entre o lucro líquido do exercício e a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social em 31 de dezembro de cada exercício analisado.
- d. Confronto dos valores computados nas declarações de rendimentos com aqueles indicados nos registros da companhia em 31 de dezembro de cada exercício analisado.
- e. Identificação e análise da razoabilidade das diferenças temporárias, inclusive quanto aos valores transferidos de apurações anteriores, em 31 de dezembro de cada exercício analisado.
- f. Análise, em base de testes, das principais operações praticadas pela companhia e do correspondente tratamento tributário adotado para essas operações, principalmente com relação às operações praticadas com empresas ligadas e domiciliadas no exterior em 31 de dezembro de cada exercício analisado.

2. Área de Impostos Indiretos (PIS, COFINS, ICMS)

Os nossos trabalhos compreenderão a revisão, em base de testes, dos principais procedimentos fiscais relativos ao cálculo e recolhimento do PIS, COFINS e ICMS e serão desenvolvidos com base nos balancetes mensais, livros fiscais, notas fiscais recebidas nas aquisições de mercadorias e serviços, bem como as emitidas pela companhia nas operações de saídas de produtos e prestação de serviços a terceiros (com correspondente reconciliação dos saldos fiscais apurados, recolhidos e registrados, nos controles e nos livros contábeis/fiscais), e demais demonstrativos preparados pela companhia.

De forma geral, nossos trabalhos incluirão os seguintes procedimentos:

- a. Discussão com a administração acerca dos controles da gestão tributária.
- b. Entendimento e análise da razoabilidade, em base de testes, da adequação das respectivas bases de cálculos e premissas utilizadas.
- c. Obtenção da situação fiscal dos tributos em aberto em 31 de dezembro de 2022.
- d. Obtenção da posição atualizada em 31 de dezembro de 2022 do cumprimento e entrega das obrigações acessórias devidas pela companhia (preenchimento e apresentação tempestiva ao Fisco das declarações).



PROCESSO Nº 0003087-20.2023.8.19.0001

3. Obrigações Acessórias

Análise das seguintes declarações e obrigações acessórias referentes a cada exercício analisado:

- a. EFD ICMS/IFI;
- b. EFD Contribuições PIS e COFINS;
- c. ECD – Escrituração Contábil Digital;
- d. ECF – Escrituração Contábil Fiscal;
- e. DCTF – Declaração de Débitos Tributários Federais;
- f. DIRF – Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte;
- g. GIA – Guia de Informações e Apuração, nos estados ainda aplicáveis; e
- h. SINTEGRA, nos estados que ainda são aplicáveis.

Procedimentos de Tecnologia da Informação

1. Avaliação de risco e atividades relacionadas

- a. Obtenção do entendimento dos sistemas de informação, inclusive dos processos de negócio relacionados, relevantes para as operações de risco sacado, incluindo as seguintes atividades:
 - i. Listar as classes de transações das operações;
 - ii. Descrição dos procedimentos, tanto de tecnologia de informação (TI) quanto de sistemas manuais, pelos quais essas transações são iniciadas, registradas, processadas, corrigidas conforme a necessidade, transferidas para o razão geral;
 - iii. Listagem dos Logs manuais dos respectivos registros contábeis;
 - iv. Descrição dos Controles em torno de lançamentos de diário, inclusive lançamentos de diário não rotineiros usados para registrar transações ou ajustes não usuais;
 - v. Obtenção da Matriz de Segregação de Funções (SOD) diretamente relacionado aos sistemas contábeis; e
 - vi. Obtenção das políticas de concessão e revogação dos acessos sistêmicos diretamente relacionados aos sistemas contábeis.
- b. Descrição sumarizada do ambiente de Segurança Cibernética.

Outros procedimentos

1. Procedimentos analíticos

- a. Revisão analítica mensal, anual e acumulada.
- b. Identificação da existência de transações ou eventos, valores, índices e tendências não usuais.
- c. Indagações à administração e aos responsáveis pela governança acerca de variações relevantes apontadas na revisão analítica.

2. Auditores

- a. Entrevista com sócios e gerentes de auditoria responsáveis pelos trabalhos de revisão e assecuração nos anos analisados.
- b. Acesso aos papéis de trabalho dos auditores, principalmente no que diz respeito ao exame das contas contábeis relacionadas às operações de forfait, fornecedores, empréstimos e partes relacionadas.



PROCESSO NO 0803087-20.2023.8.19.0001

- c. Acesso aos papéis de trabalho dos auditores relacionados a avaliação e teste de controles internos, incluindo TI.
- d. Acesso aos papéis de trabalho dos auditores relacionados à área tributária.
- e. Acesso aos papéis de trabalho dos auditores relacionados com avaliações de *impairment*, derivativos, *hedge accounting*, valor presente, IFRS 16 e todos os demais itens que sejam mensurados por projeções e *fair value*.
- f. Obtenção de evidências das indagações dirigidas aos responsáveis pela governança para entendimento do ambiente em que as demonstrações financeiras são elaboradas
- g. Obtenção de evidências das indagações junto ao pessoal envolvido na iniciação, processamento ou registro de transações complexas ou não usuais
- h. Obtenção de evidências das indagações dirigidas ao departamento jurídico podem fornecer informações sobre assuntos como litígios, conformidade com leis e regulamentos, conhecimento ou suspeita de fraude que afete a Companhia, garantias, obrigações pós-venda, acordos com parceiros de negócio (*joint ventures*) e o significado de termos contratuais
- i. Obtenção de evidências das indagações dirigidas ao responsável pela gestão de riscos (ou àqueles que desempenham essa função) podem fornecer informações sobre os riscos operacionais e regulatórios
- j. Obtenção de evidências das indagações dirigidas ao pessoal de sistemas de informação podem fornecer informações sobre mudanças nos sistemas, falhas no sistema ou controle ou outros riscos relacionados a sistemas de informação.
- k. Obtenção de evidências das indagações junto ao pessoal apropriado que exerce função de auditoria interna para obter entendimento das operações e dos riscos de negócio da Companhia e suas constatações relacionadas a deficiências ou riscos de controle, especialmente aquelas relacionadas a assuntos que a auditoria interna levantou com os responsáveis pela governança e aos resultados atingidos pela auditoria interna no seu próprio processo de avaliação de riscos.

3. Auditores Internos

- a. Entrevista com os responsáveis pela auditoria interna.
- b. Acesso aos papéis de trabalho dos auditores internos referentes aos exercícios analisados.
- c. Acesso aos relatórios emitidos durante o período analisado, incluindo plano de ação da companhia e posterior monitoramento dos pontos levantados.

4. Consultores e assessores jurídicos

- a. Evidências formais de contratação, incluindo comunicações internas sobre solicitação de propostas, escopo de trabalho e aprovação.
- b. Contratos, relatórios de consultorias e pareceres jurídicos emitidos durante os períodos analisados.

Procedimentos relacionados ao direito empresarial

Os procedimentos anteriormente citados serão acompanhados, revistos e analisados por assessores jurídicos especializados em direito empresarial.



10. No que diz respeito ao cronograma de realização dos trabalhos, a proposta prevê um prazo de conclusão estimado em até 180 (cento e oitenta) dias, a depender do fluxo de informações, disponibilização dos documentos solicitados e do escopo demandado pelos credores.

11. Por fim, os honorários foram estimados em R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais), a serem pagos em duas parcelas: a primeira, no valor de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), na aprovação da proposta; e a segunda, de R\$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais) na emissão da minuta do relatório, excetuadas as despesas havidas fora dos municípios Rio de Janeiro e São Paulo, que deverão ser reembolsadas (fl. 24 da proposta).

12. Por oportuno, é de se destacar que a proposta apresentada foi objeto de impugnação por parte do credor Banco Bradesco S.A., conforme se infere da manifestação constante do id. 49934225.

13. Em síntese, aduz o credor que a fixação definitiva dos honorários deve ser efetivada apenas ao final do trabalho, em conformidade com os parâmetros de razoabilidade e considerando o tempo despendido e a complexidade que, em seu entendimento, somente poderão ser aferidos por ocasião da apresentação do Laudo Técnico.

14. Aduz, ainda, que o valor atribuído à causa e a expressividade inerente às partes envolvidas não devem servir, isoladamente, como parâmetro de arbitramento dos honorários, uma vez que o caráter bilionário do passivo sujeito aos efeitos da recuperação não denotaria, por si só, uma complexidade excepcional para a realização da perícia.

15. Por fim, protesta pela minoração dos honorários, reclamando estarem acima da remuneração média comumente fixada em casos análogos, além do fato de a proposta prever reembolso de despesas, o que acabará por majorar o valor inicialmente proposto, após a intimação da UHY para especificar o tempo de



trabalho, fases e o valor da hora trabalhada de seus profissionais, bem como o valor dos honorários necessários para o desempenho do trabalho.

-IV-

DAS DEMAIS MANIFESTAÇÕES CONSTANTES DOS AUTOS

16. A seguir, a A.J. apresenta quadro demonstrativo contendo os ids. das demais manifestações anexadas ao presente incidente, com breve resumo acerca de seu conteúdo:

ID.	PETICIONANTE	OBJETO
47317775	GRUPO AMERICANAS	Juntada de diversos documentos e informações
49745291	BANCO BRADESCO S.A.	Indicação de assistente técnico (Sr. Silvio Monaggio) e protesto pela apresentação de quesitos em momento oportuno
49745299	ITAÚ UNIBANCO S.A. e ITAÚ UNIBANCO S.A. NASSAU BRANCH	Indicação de Assistente Técnico (Sr. Renor Valério) e apresentação de quesitos
49940392	PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	Apresentação de quesitos e informação de que indicará assistente técnico em momento oportuno
49941883	VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO	Apresentação de quesitos e informação de que indicará assistente técnico em momento oportuno
49945552	VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.	Apresentação de quesitos e informação de que indicará assistente técnico em momento oportuno
51645934	BANCO BTG PACTUAL S.A.	Indicação de assistente técnico (Simonaggio Perícias Contábeis e em Economia S/S Ltda.) e apresentação de quesitos

17. Considerando o teor das manifestações indicadas acima, esta A.J. registra sua ciência quanto às indicações de assistentes técnicos e apresentação de quesitos.



-V-


CONCLUSÃO

18. Pelo exposto, a Administração Judicial, pugna:
- i) pela intimação de Jorge Mussi Sociedade Individual de Advocacia para que se manifeste acerca da aceitação do encargo e apresente sua proposta de honorários, nos termos da decisão constante do id. 45473030 (autos principais);
 - ii) pela intimação das Recuperandas para se manifestar acerca da proposta de honorários apresentada;
 - iii) pela intimação da UHY para que se manifeste acerca das petições apresentadas nesse incidente.

E. Deferimento.

Rio de Janeiro, 19 de abril de 2023.


**ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA
ZVEITER**
Sergio Zveiter
OAB/RJ nº 36.501


**PRESERVA-AÇÃO ADMINISTRAÇÃO
JUDICIAL**
Bruno Rezende
OAB/RJ nº 124.405

